

Relatório de Atividades

Desenvolvimento das oficinas “O orçamento também importa. Prefeito por um dia – o Jogo do Orçamento” - Ano I – coordenado pelos pesquisadores Leonardo Mello e Júlia Ribeiro

O Ibase adotou em 91 o tema orçamento público como prioridade em sua agenda, desenvolvendo para isso uma metodologia própria de investigação e pesquisa. Em 93, impôs-se o desafio de transformar este tema árido e complexo em cursos de capacitação e de análise de conjuntura para a sociedade civil, com o intuito de sensibilizar e possibilitar a percepção da repercussão das decisões acerca do orçamento público na vida de qualquer cidadão. Foram realizados mais de 50 cursos desde então, permanecendo o desafio de alcançar cada vez mais segmentos sociais.

Os constantes encontros com atores sociais em suas inserções e realidades diversas, reforçava a necessidade de maior adequação e aprimoramento das análises dos dados e resultados. Perseguíamos, com este olhar, uma maneira objetiva e dinâmica de apresentar o tema.

Em outubro de 99, por ocasião de uma viagem ao México, o pesquisador Leonardo Méllo, obteve a cópia de um material com algumas das características que procurávamos, desenvolvido por duas ONGs canadenses CHO!CES: a coalition for social Justice e The Global Change Game.

A partir deste material, os pesquisadores elaboraram uma dinâmica semelhante utilizando os números do orçamento para o ano 2000 do município do Rio de Janeiro, à luz da estrutura política brasileira. A proposta era, através de uma linguagem simples, trabalhar os conceitos essenciais que envolvem a questão do orçamento público, desenvolver o senso crítico em relação à escolha das políticas públicas, e por fim, produzi-lo de forma que ele fosse auto-explicativo, acessível a qualquer pessoa sem que para isso fosse necessário algum treinamento prévio. A intenção era sensibilizar os participantes para o tema e capacitá-los para reproduzir a dinâmica em seus diversos espaços de inserção política e social, difundindo a idéia de que o orçamento público é um instrumento substantivo de controle das ações governamentais e que a participação popular na esfera das decisões pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade.

Os jovens e adolescentes foram o público-alvo privilegiado de tal iniciativa. Uma vez que se encontram em formação de valores humanos e sociais, são mais suscetíveis à reproduzir práticas democráticas e de bem comum. Os jovens carentes são os que mais sofrem com a baixa qualidade do ensino público que os mantém em desvantagem no pleito pela vaga nas universidades públicas, sofrendo em primeira instância, os efeitos de um orçamento desigualmente distribuído.

O resultado do trabalho foi uma oficina pode durar de 50 à 90 minutos, nela são dadas noções sobre Estado, governo e cidadania. O Estado é abordado como uma instituição que tem o dever de promover e garantir o bem comum, governo como o grupo de pessoas eleitas para controlar o bem público em um determinado período, e a

cidadania pensada como uma realidade de mão dupla, em que são estabelecidas uma relação de direitos e deveres entre Estado e sociedade.

O grande objetivo desta oficina é dar aos seus participantes a oportunidade de ser prefeito por um dia, decidindo sobre os gastos, priorizando necessidades, fazendo a distribuição de maneira que todas as áreas sejam providas de recursos, discutindo idéias diferentes. Os jovens vivenciam o dilema de administrar uma gama infinita de demandas com recursos limitados: uma simulação do conflito entre interesses e necessidades pelos quais passam, ou deveriam passar, todos os dias os representantes do legislativo e do executivo.

Em alguns minutos, comprehende-se a disputa política acerca do orçamento, bem como os limites e as potencialidades da participação popular nesta lei. Ao final da dinâmica, os resultados das escolhas de prioridades feitas pelos próprios jovens podem ser comparados com a distribuição feita pelo poder público municipal, naquele mesmo ano. Houve quem sugerisse que os próprios vereadores passassem por esta experiência.

No entanto, constituir espaços para um debate de tal relevância e atualidade, vem sendo um grande desafio, tanto no diálogo com os atores da área de educação (setor escolhido no início do trabalho), quanto no lançar mão da ferramenta que ora lhes é apresentada. Para tanto, foi contratado um consultor, Diomário Silva Júnior, professor da rede municipal de educação do Rio de Janeiro e participante do Fórum Popular do Orçamento do Rio. Suas qualidades contribuíram para o desenvolvimento das tarefas propostas, uma vez que as dificuldades encontradas foram basicamente de 2 naturezas: a articulação com instituições educacionais, nossos parceiros em potencial, e o pouco conhecimento deste debate pela sociedade em geral.

Inicialmente, 3 foram as instituições contactadas, além do próprio Fórum Popular do Orçamento - FPO. São elas, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes - PVNC, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação - SEPE e a Pastoral da Educação da Igreja Católica.

Contatos foram insistente mente tentados em 6 meses e muitas reuniões foram realizadas. Em uma delas, com o SEPE, em torno de 20 diretores estavam presentes. Alguns manifestaram o interesse em aprofundar o diálogo, mas a instituição não se comprometeu em realizar a dinâmica. O Sindicato envolvia-se diretamente com a questão da greve dos professores ocorrida no início do ano e a falta de vagas nas escolas. Os contextos particulares do SEPE e da Pastoral de Educação - que encontrava-se em reestruturação, impedindo que nos fosse dada maior atenção -, foram determinantes para a não inserção no processo. A perspectiva é de que no próximo ano estes contatos sejam mais bem sucedidos.

Em um segundo momento, apresentamos a proposta para a União Nacional dos Estudantes - UNE - e a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas - AMES, para a Escola Técnica 1º de Maio (vinculada ao Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro) e para o Colégio dos Metalúrgicos (ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro). Apesar do interesse, o insucesso dos contatos com as 3 primeiras instituições, foi decorrente dos diversos compromissos já agendados. A direção do Colégio dos Metalúrgicos, porém, aderiu ao projeto com grande entusiasmo.

Em todas as apresentações do material, nos colocamos à disposição para adaptá-lo à realidade das entidades e do público que dela se serviria.

Quanto às parcerias de melhores resultados, estas foram feitas com o Pré-Vestibular para Negros e Carentes e com o Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro. O primeiro, surge em 1993, como um movimento de oposição à discriminação dos negros e pobres, oferecendo aos jovens carentes cursos preparatórios para o ingresso na universidade pública. Hoje encontram-se no Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. O Fórum, reunindo entidades sociais com diferentes campos de atuação, acompanha a elaboração e execução do orçamento público do município do Rio de Janeiro, desde 1996.

Ambos se interessaram na capacitação de seus membros, multiplicar estas oficinas em salas de aula e em suas diversas frentes de atuação (grupo de jovens da Igreja Católica, ongs, grupos de teatro, seminários), radiando essa experiência para as cidades adjacentes como Nilópolis, Nova Iguaçu, Magé, Piabetá, São Gonçalo, Duque de Caxias, São João do Meriti e Mesquita.

Os primeiros contatos com o Pré-Vestibular consistiram em compreender sua organização e identificar o modo de desenvolvimento da parceria. O PVNC está organizado em núcleos – 16 no Rio de Janeiro, com até 3 classes e número variado de alunos em cada um - propagados pelos municípios citados. Nossos contatos foram feitos através da coordenação geral e de representantes dos núcleos. Em geral, o espaço escolhido para o desenvolvimento da dinâmica, foi o de uma cadeira reservada ao debate sobre questões atuais, análise conjuntural e às apresentações de pessoas convidadas intitulada “Cultura e Cidadania”.

A nossa proposta foi apresentada em reunião do conselho geral do PVNC onde estabelecemos um contato direto com cada núcleo interessado. Determinamos um prazo para finalização do material e uma data para capacitação, realizada no dia 25 de fevereiro, no auditório do Ibase. Como um benefício aos núcleos que participassem da capacitação, preparamos um Kit com todo o material necessário para a dinâmica e oferecemos para aqueles que de fato a multiplicassem e demonstrassem interesse, um curso completo de análise orçamento público. Os encontros sempre ocorreram aos sábados e domingos, dias em que ocorrem as atividades do pré-vestibular.

De dezembro de 99 à Julho deste ano, dois pesquisadores do Ibase estiveram envolvidos em todo o processo de contato, elaboração, capacitação e suporte. Os resultados foram positivos, uma vez que a sensibilização alcançou 492 participantes, em 20 oficinas. O PVNC realizou 12 oficinas, contando com 270 jovens; os membros do FPO realizaram 7 oficinas com 207 participantes. Na Escola Técnica Metalúrgica foram 15 participantes em 1 oficina oferecida pelo Ibase.

Este exercício prático, com números reais, forneceu um dado importante sobre as prioridades dos jovens dos grupos visitados. O município do Rio conta com R\$ 4,6 bilhões distribuídos conforme anexo de nome Planilha. Pelos resultados, percebe-se que os jovens do PVNC priorizam a Educação e Cultura destinando 24% do seu orçamento contra 17% do orçamento municipal, em seguida Saúde e Saneamento, com 23% contra 20%, e Habitação e Urbanismo, que fica com 16% contra 10%. Os resultados obtidos com as demais entidades foram similares.

Analizar os feitos políticos sob a perspectiva da demanda popular enriquece um debate que está sempre em risco de ser esvaziado. Uma vez que estes jovens participam de uma iniciativa social que tenta suprir a falta de uma política contundente e eficaz para educação, capaz de abranger, manter e - mais que introduzir ao mercado de trabalho - permitir a opção pelo ensino superior e a mobilidade social, torna-se compreensível que a preocupação maior seja com políticas públicas destinadas a quem mais necessita.

Esta iniciativa tem sido um instrumento de impulso à sociedade civil dando consistência ao debate sobre políticas públicas e desigualdades sociais. A grande flexibilidade desta dinâmica lhe concede um caráter universal. É adaptável a qualquer grupo, organização e município, tanto pelo seu formato, quanto pela sua importância. Contemplamos, neste primeiro ano, a insuficiência de informação dos grupos sobre seus direitos e deveres e a busca de instrumentos que orientem a construção de uma sociedade mais democrática.

A contribuição deste trabalho é reforçada por ser este um ano eleitoral. O olhar crítico às promessas de um governo e uma breve avaliação do vigente, qualifica não só a decisão, mas também a demanda, pois distinguem-se melhor as atribuições de cada esfera de governo e o papel dos atores políticos. É um recurso que consolida o trabalho do Ibase junto à sociedade brasileira na medida em que existe o objetivo de multiplicar a reflexão e a ação frente à conjuntura.

A dinâmica encontra-se na internet no site do Ibase. Para adaptá-la à realidade de qualquer município, basta que se obtenham os dados orçamentários junto à prefeitura ou Câmara Municipal local. Até o mês de setembro¹, o material foi copiado 33 vezes por pessoas de todas as regiões brasileiras, nos Estados do Pará, Rondônia, Tocantins (2), Goiás, Bahia (2), Ceará, Paraíba, Pernambuco (4), Rio Grande do Norte, Sergipe (2), Minas Gerais (4), Rio de Janeiro (8), São Paulo (4), Rio Grande do Sul. Sendo quase impossível ser preciso na quantificação de cidades e pessoas atingidas.

Este primeiro ano ofereceu novos elementos através dos quais poderemos aperfeiçoar o material e produzir um artigo analisando e confrontando os resultados da distribuição do orçamento real do município do Rio de Janeiro. Este debate deverá ser ampliado, ganhando novos parceiros e novos perfis de participantes com outras inserções sociais nos próximos anos.

¹ Foram feitas 152 cópias até 2 de Maio de 2001.